

COMUNICADO DE IMPRENSA

Angola junta-se à EITI

O segundo maior produtor de petróleo de África compromete-se a melhorar a transparência do sector extractivo

O Conselho da EITI aprovou a candidatura de Angola para aderir à EITI, tornando-o o 57º país membro da EITI e o 28º país em África.

A Presidente do Conselho da EITI, a Excelentíssima Senhora Helen Clark, deu as boas-vindas a Angola à comunidade da EITI: “Angola junta-se à EITI numa conjuntura crítica. A pandemia da COVID-19, a volatilidade contínua dos preços do petróleo e as preocupações com a segurança energética significam que a governança e a transparência precisam estar no centro das políticas energéticas do país. Angola tem a oportunidade de utilizar a implementação da EITI para reforçar os seus esforços de combate à corrupção, fortalecer a modernização da Sonangol e garantir que o sector extractivo contribua para a mobilização de recursos domésticos. Aguardamos com expectativa que a EITI promova um debate público inclusivo sobre estas questões.»

As primeiras divulgações de Angola em conformidade com o Padrão da EITI terão de ser feitas no prazo de 18 meses após a admissão como país implementador da EITI.

Em 2003, a opacidade no sector petrolífero de Angola levou à [formação da EITI](#), quando os apelos dos defensores da sociedade civil para abordar questões de corrupção atraíram uma atenção considerável. Posteriormente, um grupo de representantes da sociedade civil, da indústria e do governo – liderados pelo governo do Reino Unido – concordou que um padrão global de relatórios deveria ser desenvolvido. No entanto, os riscos de corrupção e os desafios de governança persistiram em Angola ao longo dos anos, e houve repetidos [convites](#) para o país implementar o Padrão da EITI.

A apresentação de relatórios em conformidade com o [Padrão da EITI](#) ajudará a garantir que informações cruciais sobre o sector extractivo de Angola sejam tornadas públicas, incluindo beneficiários efectivos e contratos relativos a empresas extractivas, bem como a gestão das empresas estatais e das receitas sectoriais. As divulgações exigidas no âmbito da implementação da EITI podem contribuir para identificar riscos de corrupção, deficiências na administração e áreas de perdas de receita. Em última análise, estas informações podem apoiar a tomada de decisões e a formulação de melhorias e promover o debate público em Angola.

Atrair investimento e melhorar a mobilização dos recursos domésticos

Como o segundo maior país produtor de petróleo em África, a economia de Angola é fortemente dependente da produção de petróleo e gás, que representa cerca de um terço do PIB do país. Em

2020, o petróleo representou cerca de 90% – ou US \$ 18 bilhões – do total das receitas de exportação do país. Angola também tem um sector de mineração significativo, com exportações de diamantes totalizando mais de US \$ 1 bilhão em 2020.

O Ministro dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, Diamantino Azevedo, afirmou: “Angola tomou a decisão de aderir à EITI após uma análise séria por parte de Sua Excelência, o Presidente João Manuel Gonçalves Lourenço, em conformidade com o enfoque da administração na luta contra a corrupção. A implementação da EITI apoiará os objectivos do governo de reforçar a transparência e garantirá que o governo assuma a vontade política de fortalecer os instrumentos nacionais de boa governança.” O Ministro comentou ainda: “Com esta nova etapa, o país pretende melhorar continuamente o ambiente de negócios e o clima de investimento. Isso contribuirá para a mobilização de receitas e para a obtenção de um impacto positivo directo para os cidadãos angolanos. A adesão de Angola à EITI significa o início de uma nova era para o país.”

A [candidatura de Angola](#) evidencia o compromisso do governo em implementar a EITI e prevê um financiamento significativo do governo. O [Plano de Trabalho](#) da EITI de Angola indica que o Ministério das Finanças, juntamente com as principais agências que supervisionam a regulamentação do petróleo e da mineração, estão empenhados em reforçar a divulgação sistemática de dados sectoriais através de plataformas governamentais e empresariais.

Sebastião Gaspar Martins, Director Executivo da Sonangol, afirmou que “a Sonangol, como empresa petrolífera emblemática em Angola, está satisfeita com a admissão do país como membro da EITI. Este marco reforça o compromisso de Angola, também assumido pela Sonangol, de gerir de forma responsável os seus recursos naturais para o desenvolvimento do país e em benefício dos angolanos, sob a orientação das melhores práticas internacionais.”

Abertura do sector ao debate público

Para além das divulgações, espera-se que a implementação da EITI contribua para melhorar o debate público e a supervisão da gestão do sector extractivo. Como parte da sua candidatura, Angola formou um grupo de várias partes interessadas – composto por representantes do governo, da indústria e da sociedade civil – para supervisionar o processo da EITI. Pela primeira vez, os três grupos de interesse trabalharão em conjunto para reforçar a governação do sector extractivo em consonância com os objectivos nacionais.

A sociedade civil tem um papel fundamental a desempenhar na promoção da supervisão pública e do debate dos sectores mineiro, petrolífero e de gás em Angola. “A sociedade civil aguarda com expectativa um diálogo estruturado com o governo e com a indústria. Estamos empenhados em utilizar o espaço da EITI para promover os direitos ambientais e a responsabilização na gestão dos recursos petrolíferos, de gás e minerais de Angola”, afirmou Manuel Pembele Mfulutoma, Director Geral do grupo da sociedade civil AJUDECA e coordenador do grupo da sociedade civil da EITI em Angola.

Transparência num momento crítico

Angola junta-se à EITI numa conjuntura crítica em relação à governação extractiva global. A pandemia da COVID-19 e a recente volatilidade nos preços do petróleo colocaram em foco a

vulnerabilidade da maioria dos países dependentes de extractivos e aumentaram os apelos para se envolverem na transição energética.

Neste contexto, será particularmente importante que o governo trabalhe com a sociedade civil e a indústria para garantir uma gestão prudente do sector. Olivier Jouny, Director Executivo da Total E&P Angola e Presidente da Associação das Companhias de Exploração e Produção de Angola (ACEPA), observou que “a ACEPA apoia plenamente este esforço colectivo para continuar a desenvolver e a promover a confiança entre todas as partes interessadas e a sociedade civil. A adesão de Angola à EITI contribuirá para promover a gestão sustentável dos recursos minerais e petrolíferos, bem como o desenvolvimento do país.”